

**Enap**

Escola Nacional de  
Administração Pública

# A Perspectiva de Gênero e as Políticas Públicas para as Mulheres

**Enap**

Ministério do  
Planejamento, Orçamento  
e Gestão

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

## *Carolina Pereira Tokarski*

- Graduada em Direito – Universidade de Brasília.
- Projeto Promotoras Legais Populares.
- Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília.
- Professora Universidade Católica de Brasília.
- Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Áreas de atuação: Educação, Políticas para as Mulheres, Justiça e Direitos Humanos.

# SE ELE TIVESSE NASCIDO MULHER

Eduardo Galeano

Dos dezesseis irmãos de Benjamin Franklin, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade.

Mas na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote, e dez meses depois deu à luz seu primeiro filho. Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando os que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças, correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a panela. Jane foi esposa devota e viúva exemplar; e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais, doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados.

Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada a deriva pelo fio de um papagaio, como costumava fazer Benjamin, apesar da idade. Jane nunca teve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar. Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos.

Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu o seu dever nesta terra e expiou parte de sua culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio.

Seu caso não despertará o interesse dos historiadores.

# Sumário

- A perspectiva de gênero. Papéis de gênero.
- Reflexos da desigualdade de gênero em números no Brasil.
- Mulheres no setor público. Apresentação de Pesquisa Enap.
- Políticas e Instrumentos do Estado Brasileiro.
- O Comitê de Gênero da Enap.
- Os desafios da liderança para mulheres.
- Exercício em Grupo – Caso.

# A perspectiva de gênero\*

- **Feminismo:** ideologia política que se traduz em uma produção teórica quanto em uma prática voltada para o enfrentamento das condições de opressão que atingem as mulheres
- **Gênero:** Categoria teórica e política. Década de 80. Rejeição ao determinismo biológico. Pluralidade do feminismo e das formas distintas de compreender a questão das mulheres.
- Antes de 80 – estudos teóricos voltados a mostrar a condição das mulheres.
- Gênero é a construção cultural sobre a diferença sexual. Varia entre sociedades e também dentro da mesma sociedade ao longo do tempo.

\*Conceitos extraídos do texto BONETTI, Aline. Desigualdade de gênero. O Direito Achado na Rua Vol. 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, 2011.

# A perspectiva de gênero

- Desigualdade de gênero – Sistema que define os padrões e valores de gênero construído para transformar diferenças em desigualdades.
- Matriz heterossexual obrigatória - Valor positivo à heterossexualidade e negativo aos comportamentos que desviam desse padrão, considerando-os desviante e abjeto.
- Interseccionalidade - sistemas de produção de desigualdades: Gênero, raça/etnia e classe
- O que é feminismo interseccional?
- <https://www.youtube.com/watch?v=P88Ln07WyAI>

Relação – Diferenciação – Hierarquização – Relações de poder – Desigualdades

# O que é gênero

Gênero (não é “coisa de mulher”) se refere aos papéis sociais diferenciados que definem como devem se comportar os homens e as mulheres dentro de um contexto cultural específico.

É uma primeira forma de significar as relações de poder.

# Diferenças entre sexo e gênero

## SEXO

Aspectos físicos, biológicos de macho e fêmea, aquelas diferenças que estão na fisiologia dos nos nossos corpos.

## GÊNERO

Construção social do sexo ;  
Envolve comportamento coletivo determinados e reproduzidos na família, escola, igreja e Estado  
Analisa as relações entre homens e mulheres (sociais, culturais e de poder)

# PADRÕES DE GÊNERO

Varia de uma cultura para outra, de um grupo social para outro, de uma classe social para outra, de uma raça/etnia para outra



# CARACTERÍSTICAS

## MASCULINAS

- Mundo Social
- Constróem o mundo
- São os provedores da família
- São bruscos
- São fortes
- São ativos
- Exercitam o “ir e vir” com mais facilidade

## FEMININAS

- Mundo Biológico
- Reproduzem/cuidam do mundo
- São as responsáveis pelo bem estar da família
- São suaves, amáveis, ternas, passivas
- O “ir e vir” é mais limitado

# DISTRIBUIÇÃO DE VALORES

<b>MASCULINO + VALOR</b>	<b>FEMININO – VALOR</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>■ Na família</li><li>■ No trabalho</li><li>■ Na sociedade</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Na família</li><li>■ No trabalho</li><li>■ Na sociedade</li></ul>

# Chimamanda Ngozi Adichie

## “Nós deveríamos todos sermos feministas”

- <https://www.youtube.com/watch?v=fyOubzfkjXE>
- 0,5`a 13`35min
- The mask you live in

## Papéis de gênero

- Subjetividade, corpos, relacionamentos.
- Mercado de trabalho (área da ocupação, remuneração, espaço de tomada de decisão, sociabilidades).
- Divisão das tarefas domésticas (cuidado com a casa, cuidado com as crianças).
- Uso do tempo.
- Formação escolar (nível de formação escolar, área do conhecimento)
- Violência contra a mulher.

# Desigualdade de gênero em números\* no Brasil

\*Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - Raseam. Março/2015 - LEI N° 12.227, DE 12 DE ABRIL DE 2010

\* Estatísticas de Gênero. Uma Análise do Censo Demográfico de 2010. IBGE.

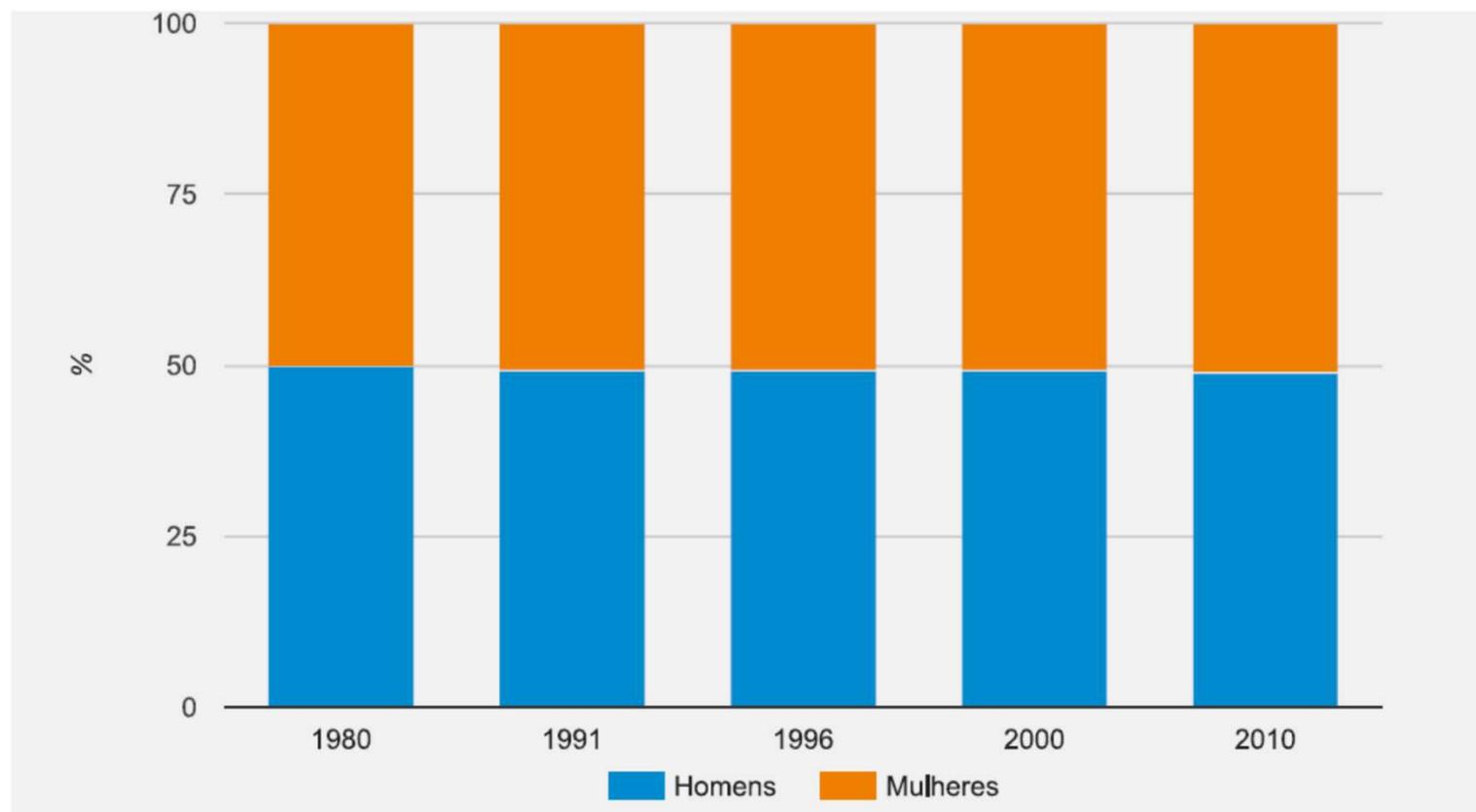
\* Ligue 180

O primeiro desafio para a construção de políticas públicas para a igualdade de gênero é dar visibilidade para a desigualdade, mostrar que existe em termos concretos, onde existe e como se manifesta.

“A construção da igualdade de gênero e a perspectiva inclusiva de gênero pressupõe a existência de estatísticas que sejam capazes de mensurar a situação das mulheres e homens na sociedade brasileira. Os desafios são enormes dado que a produção de estatísticas de gênero ainda se concentra predominantemente nas áreas tradicionais como trabalho, saúde e educação e a maioria dos países produz regularmente informações por sexo. Entretanto, são poucos aqueles países que produzem estatísticas sobre temas emergentes como violência contra as mulheres.” Ana Lúcia Sabóia. Coordenadora de Indicadores Sociais do IBGE.

# Demografia e arranjos familiares

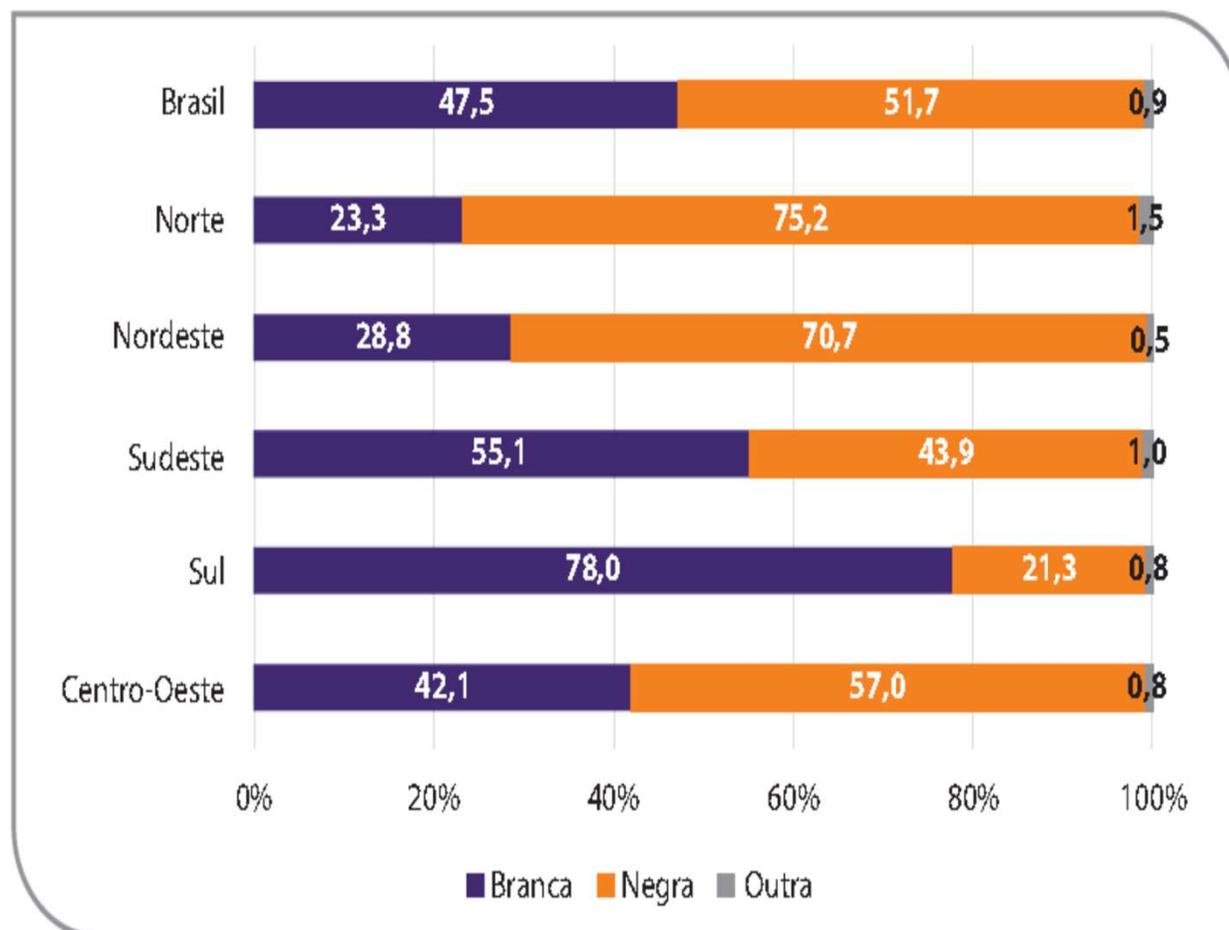
### Distribuição percentual da População por Sexo - Brasil - 1980 a 2010



Ver tabela

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996.

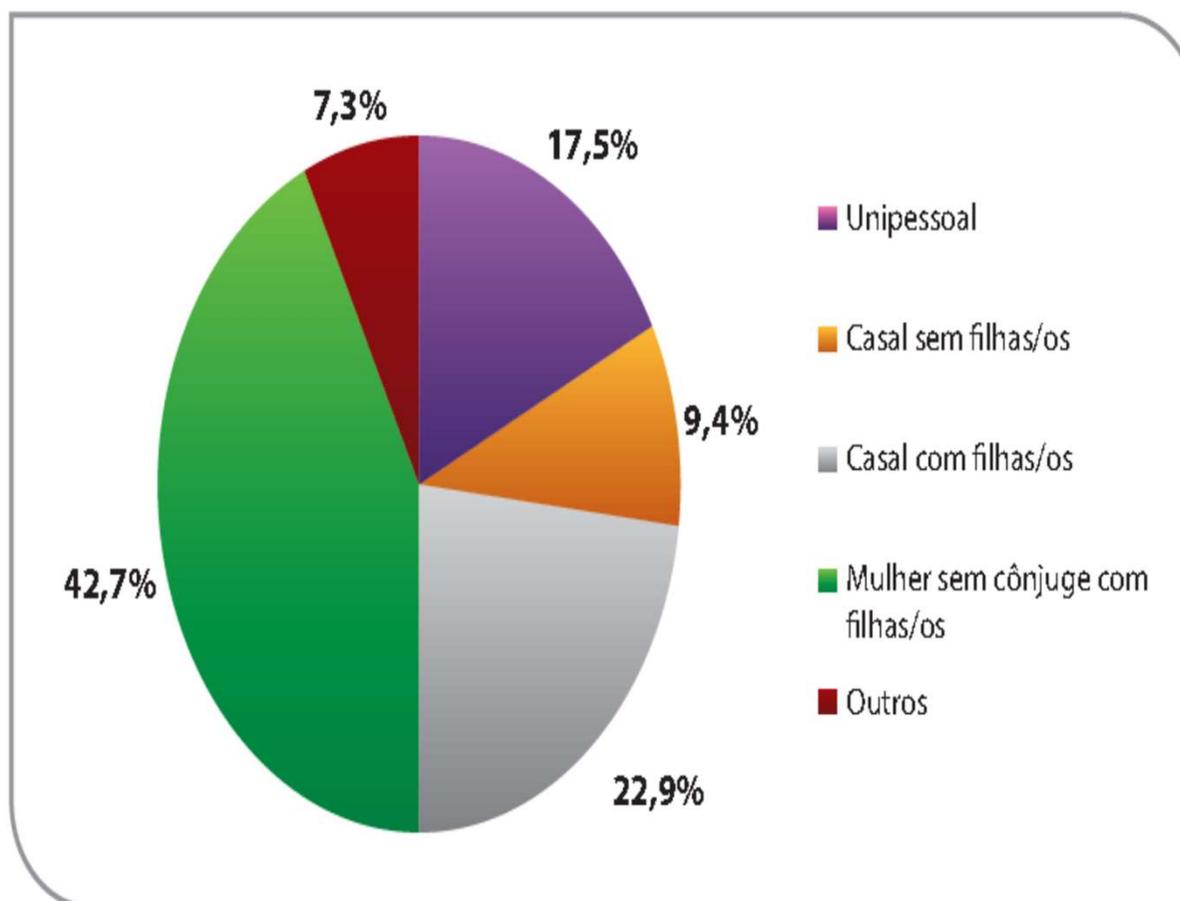
**Gráfico 2.1 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – Grandes Regiões – 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.1 do Anexo Estatístico.

**Gráfico 2.5** – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil – 2012

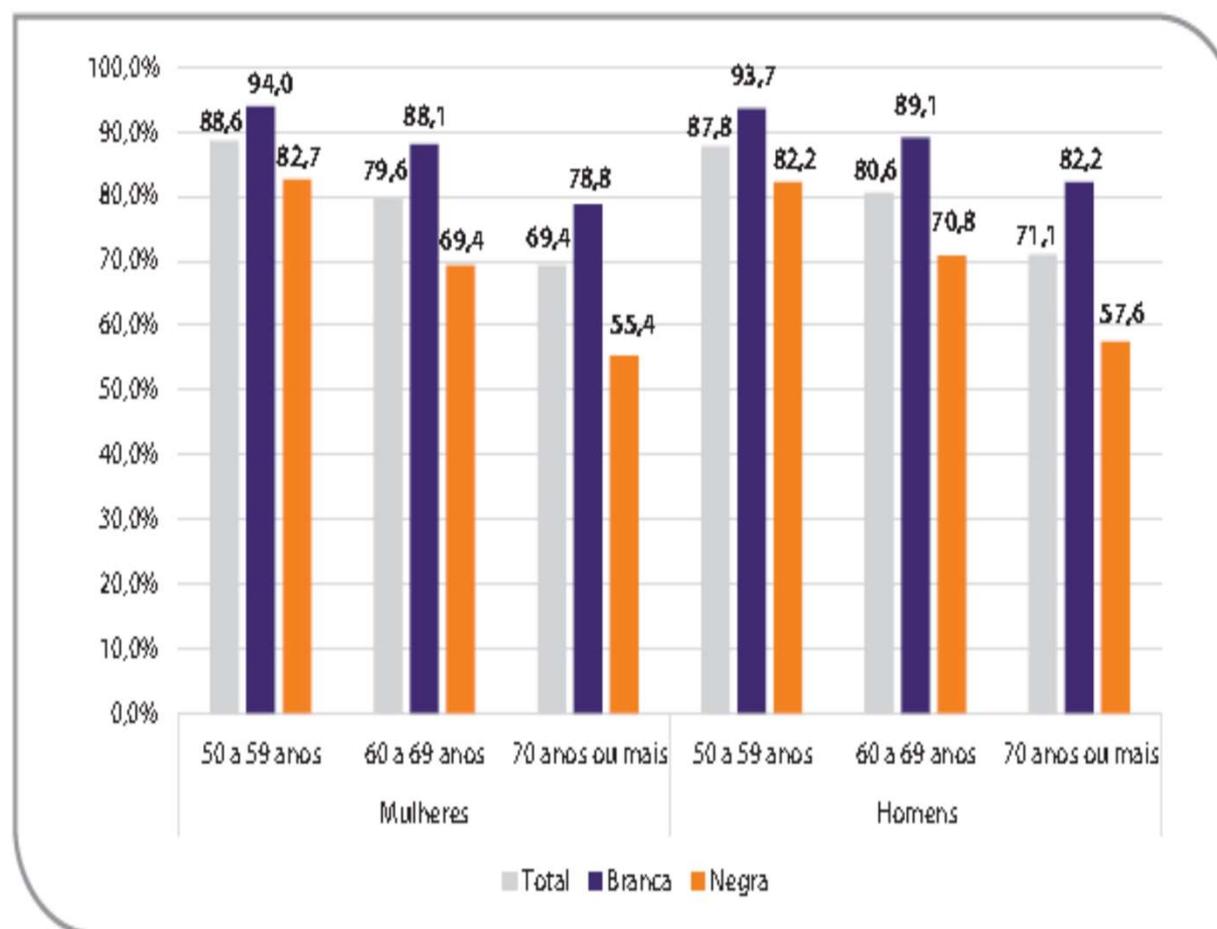


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.11 do Anexo Estatístico.

# Autonomia cultural: indicadores sobre educação

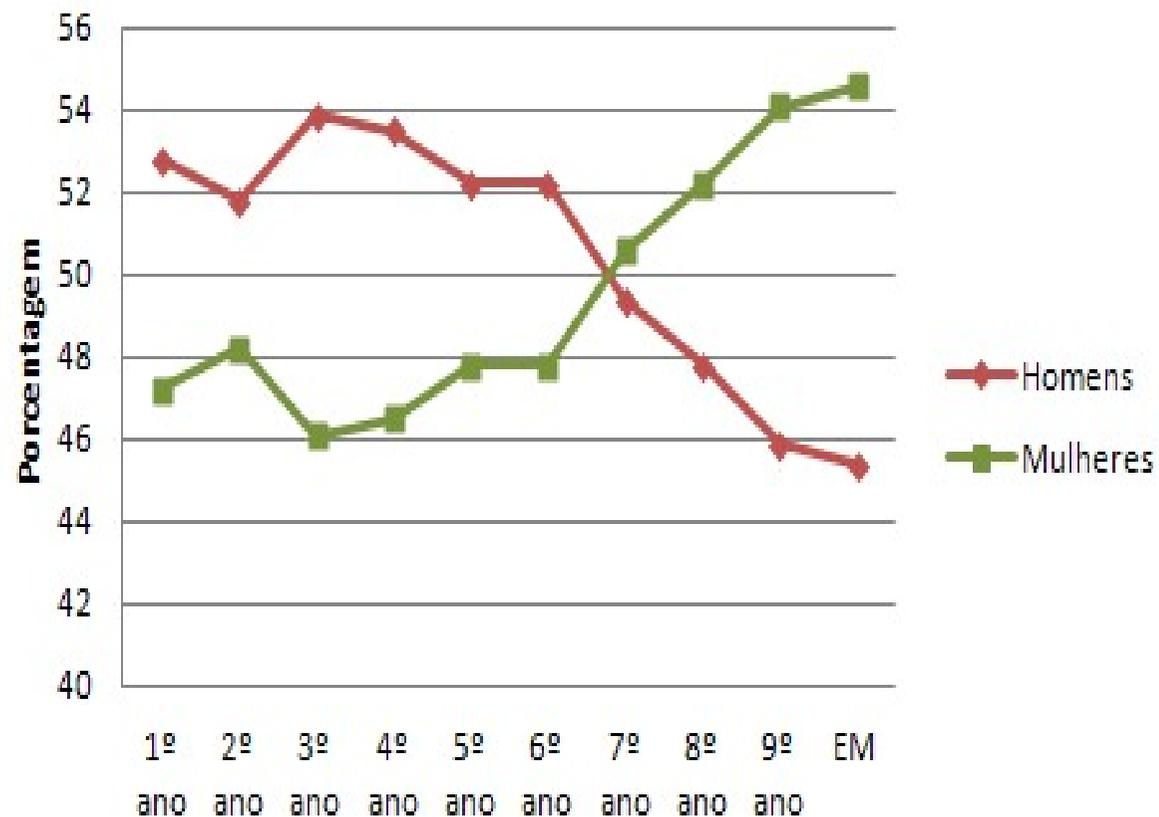
**Gráfico 4.2 – Taxa de alfabetização, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade – Brasil – 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 4.3 do Anexo Estatístico.

### Distribuição de alunos/as entre as séries, por sexo

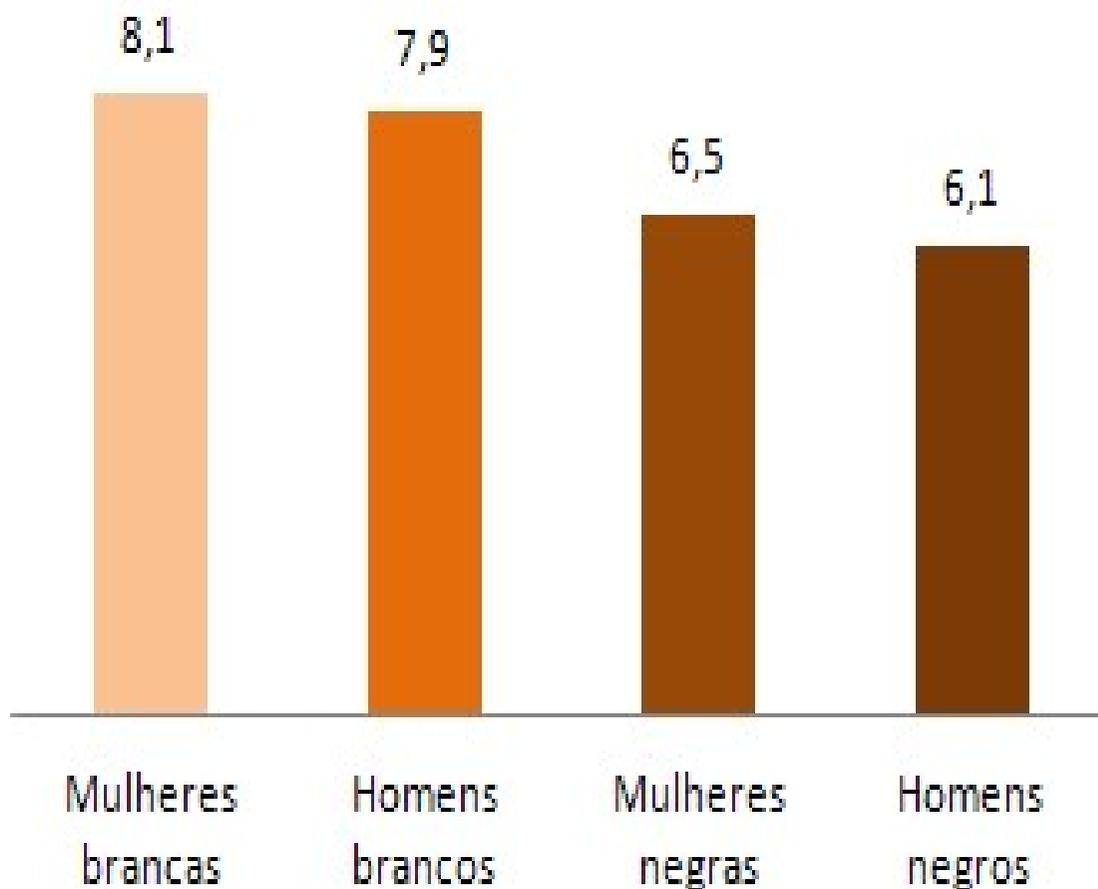


Proporção de estudantes ao longo dos anos do Ensino Fundamental de 9 anos e Ensino Médio (EM), por sexo.  
(Fonte: *PNAD 2009*)

#### *Sucesso e Fracasso escolar: uma questão de gênero.* **Marília Pinto de Carvalho.**

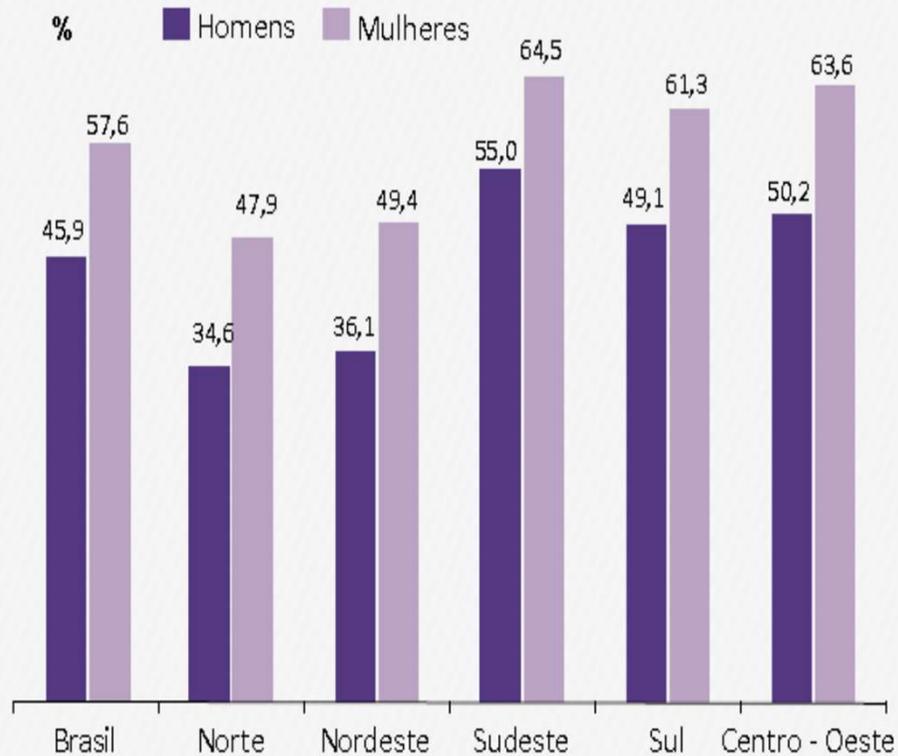
Explicações frequentes na literatura: 1 – trabalho infantil masculino 2/3 do feminino. Trabalho infantil doméstico; 2 – Socialização primária das meninas mais apta para a “docilidade do ser aluno”; 3 – meninos expostos a brincadeiras externas enquanto a socialização da menina daria-se dentro de casa majoritariamente, escola como local de socialização e “lazer” para meninas.

## Média dos anos de estudo, por sexo e cor/raça



Média dos anos de estudo da população de 10 anos ou mais, por sexo e cor/raça. (Fonte: *PNAD 2009*, baseado em Rosenberg & Madsen, 2011)

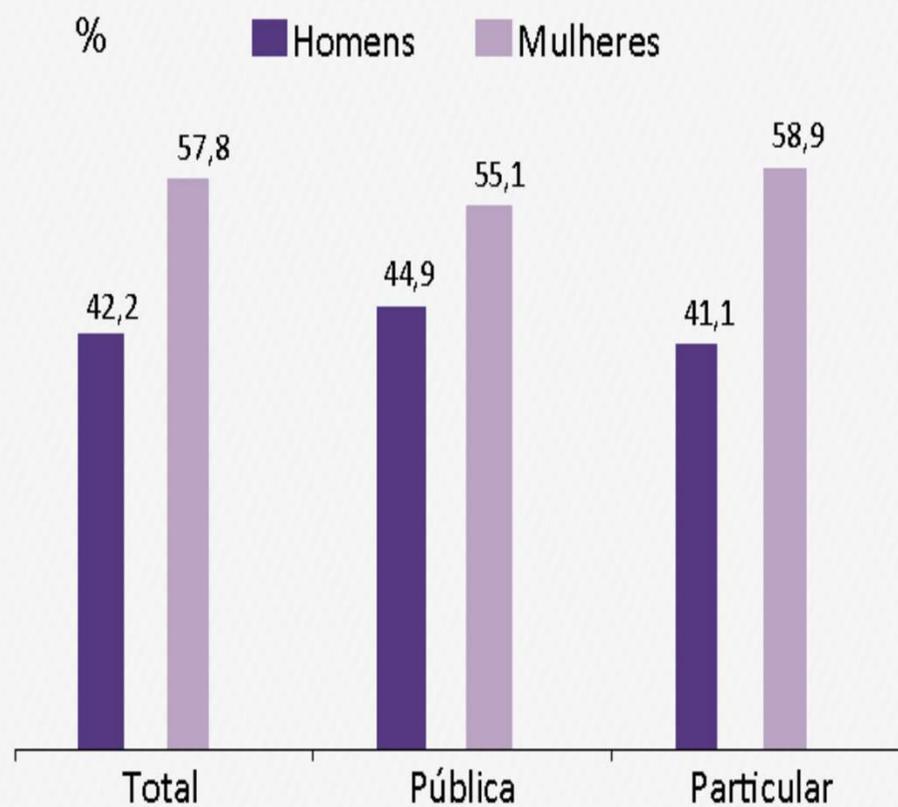
### Taxa de frequência líquida no ensino médio dos adolescentes de 15 a 17 anos, por sexo - Brasil e Grandes Regiões - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

Taxa de frequência líquida ou taxa líquida de matrícula – A proporção de estudantes de uma determinada faixa etária no nível de Ensino oficialmente correspondente a essa faixa

Distribuição percentual das pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior, por sexo e rede de ensino - Brasil - 2011

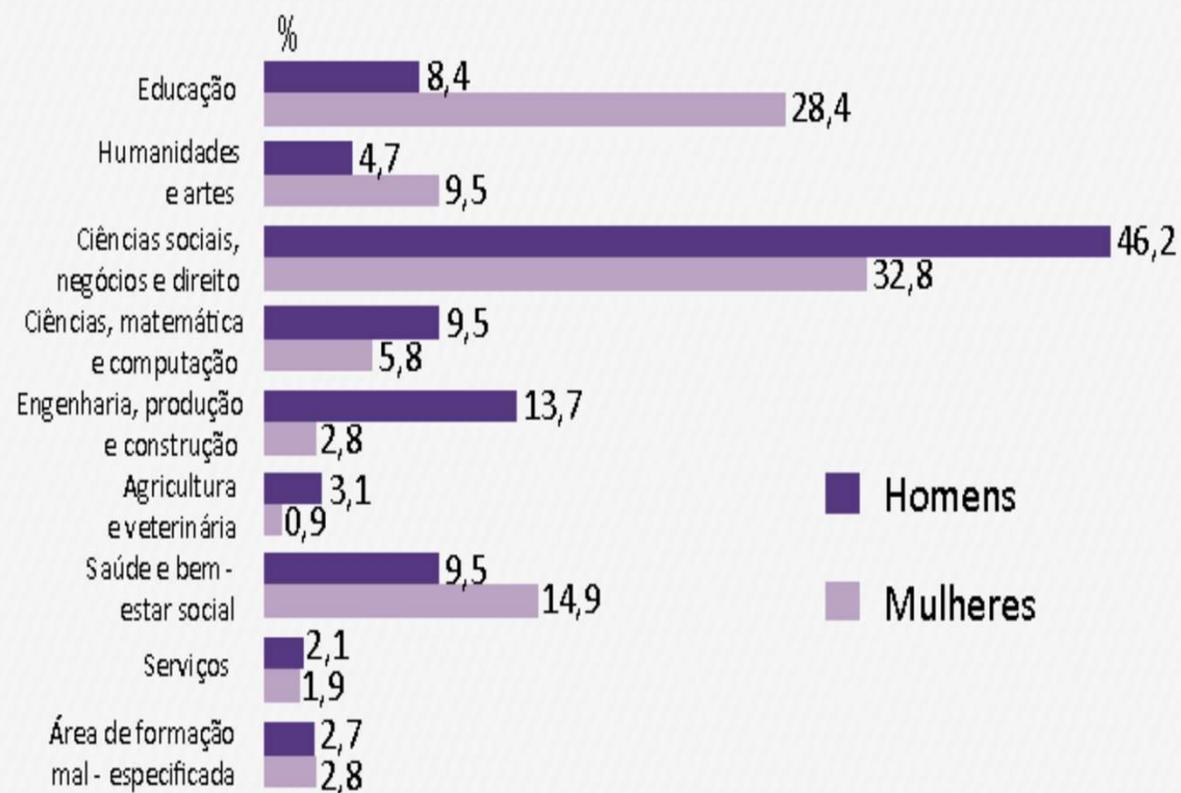


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

**Enap**

Escola Nacional de  
Administração Pública

### Distribuição das pessoas com graduação conduzida por sexo e áreas gerais de formação - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

## Lista dos 10 cursos de ensino superior com as maiores proporções de concluintes mulheres e homens 2005/2010

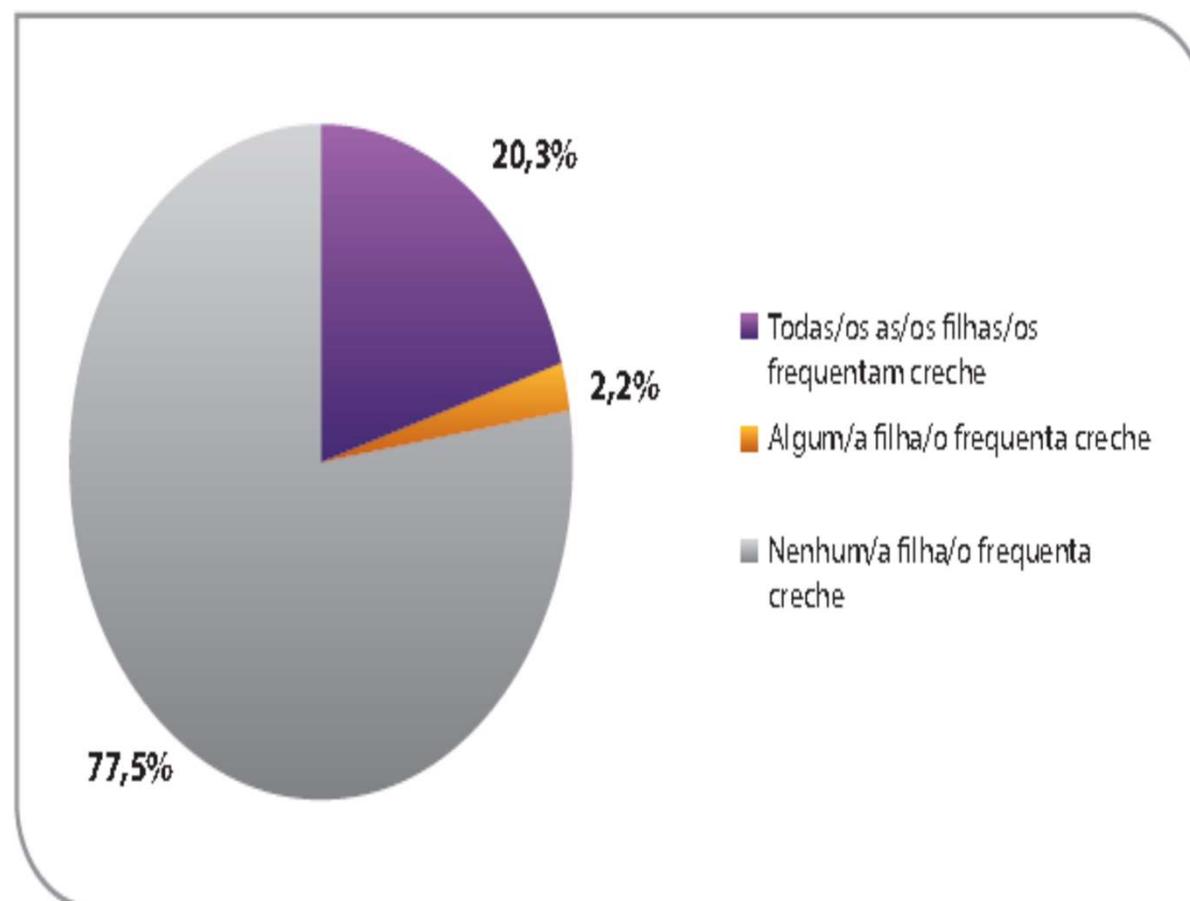
2005	2010
Mulheres	Mulheres
Formação de professor de educação infantil	Ciências domésticas
Serviços de beleza	Secretariado e trabalhos de escritório
Serviço social e orientação	Ciências da educação
Ciências da educação	Serviços de beleza
Formação de professor da educação básica	Serviço social e orientação
Vida profissional	Terapia e reabilitação
Língua materna (vernáculo)	Enfermagem e atenção primária (assistência básica)
Psicologia	Psicologia
Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Humanidades e letras (cursos gerais)
Humanidades e letras (cursos gerais)	Artes (cursos gerais)

Homens	Homens
Proteção de pessoas e de propriedades	Proteção de pessoas e de propriedades
Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)	Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)
Eletricidade e energia	Eletricidade e energia
Serviços de segurança (cursos gerais)	Eletrônica e automação
Eletrônica e automação	Veículos a motor, construção naval e aeronáutica
Transportes e serviços (cursos gerais)	Ciência da computação
Veículos a motor, construção naval e aeronáutica	Setor militar e de defesa
Setor militar e de defesa	Física
Ciência da computação	Processamento da informação
Mineração e extração	Uso do computador

Fonte: Ministério da Educação Censo da Educação Superior. Brasília, 2011

# Autonomia Econômica e Social

**Gráfico 3.1 – Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência das/os filhas/os a creche – Brasil – 2012**

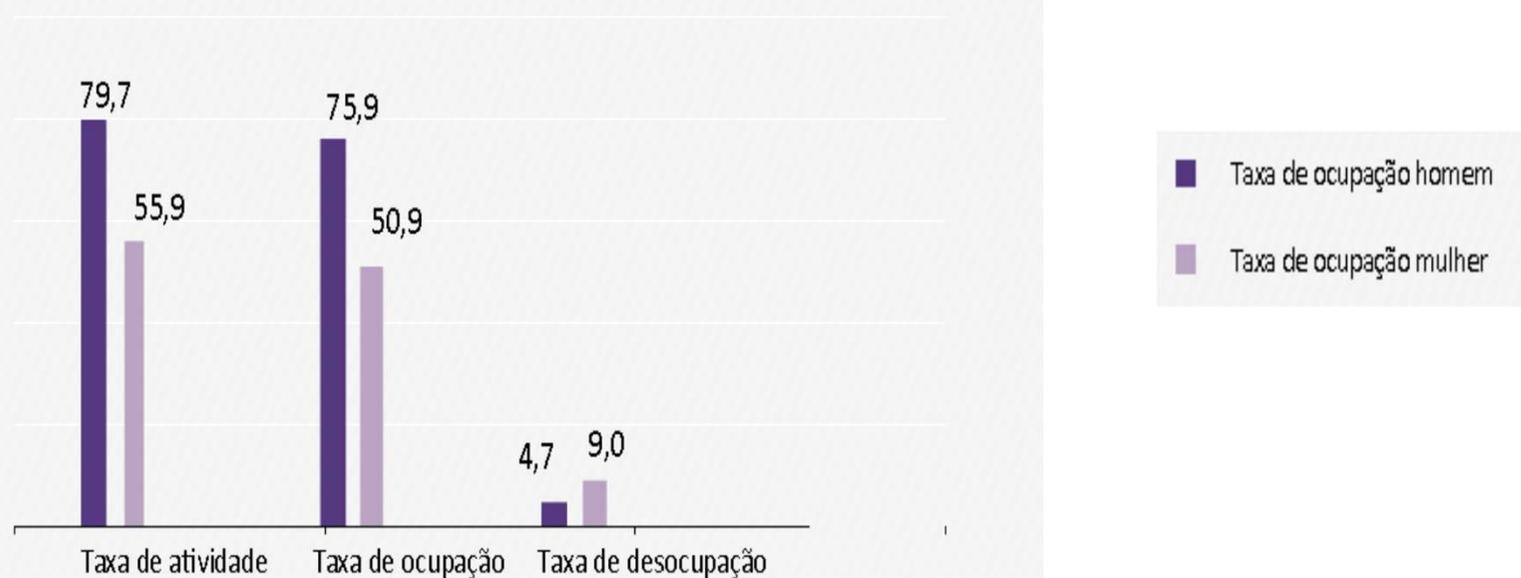


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.17 do Anexo Estatístico.

## GRÁFICO 1

Taxa de atividade, taxa de ocupação e taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

A PEA é formada pela parcela da [População em Idade Ativa](#) (PIA) que foram classificadas como pessoas ocupadas ou desocupadas no âmbito de uma determinada pesquisa (Censo, Pesquisa domiciliar, etc).

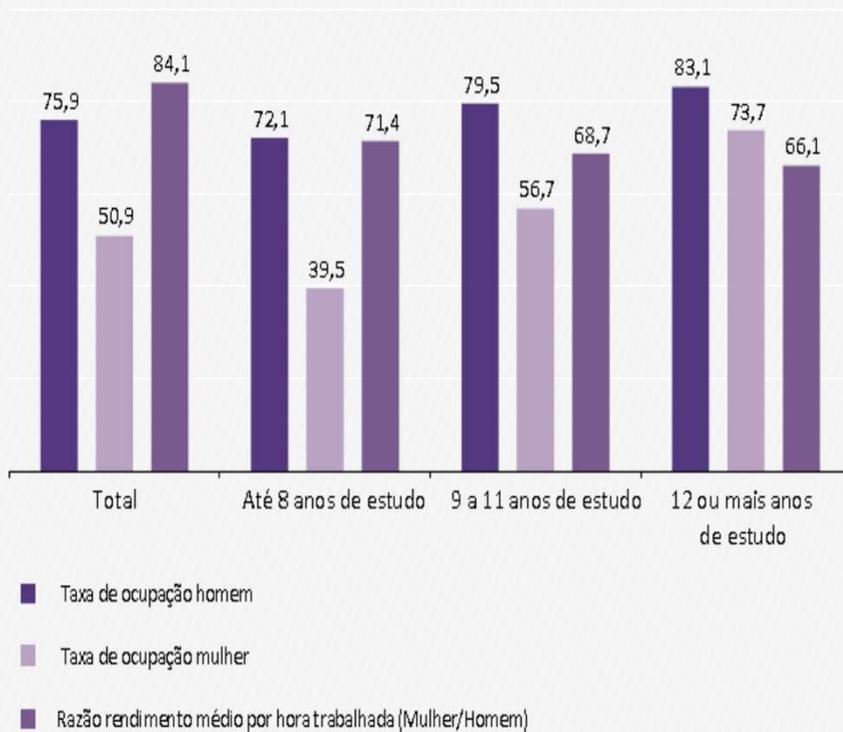
Nesse sentido "Pessoas ocupadas" são as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas; e "Pessoas desocupadas" são aquelas sem trabalho, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho.<sup>[1]</sup>

Dessa forma têm-se que:  $PEA = PO + PD$

Taxa de atividade:  $PEA/PIA * 100$  (PIA – População em Idade Ativa). Taxa de ocupação:  $PO/PEA$ .

## GRÁFICO 2

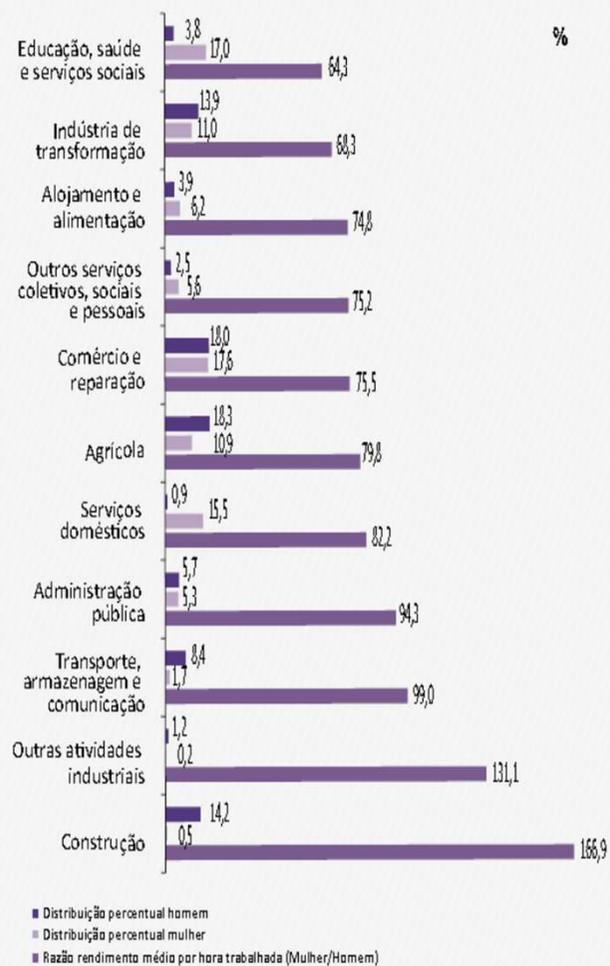
Taxa de ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, e razão entre o rendimento médio por hora trabalhada de mulheres em relação ao dos homens, por anos de estudo e sexo, Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

### GRÁFICO 3

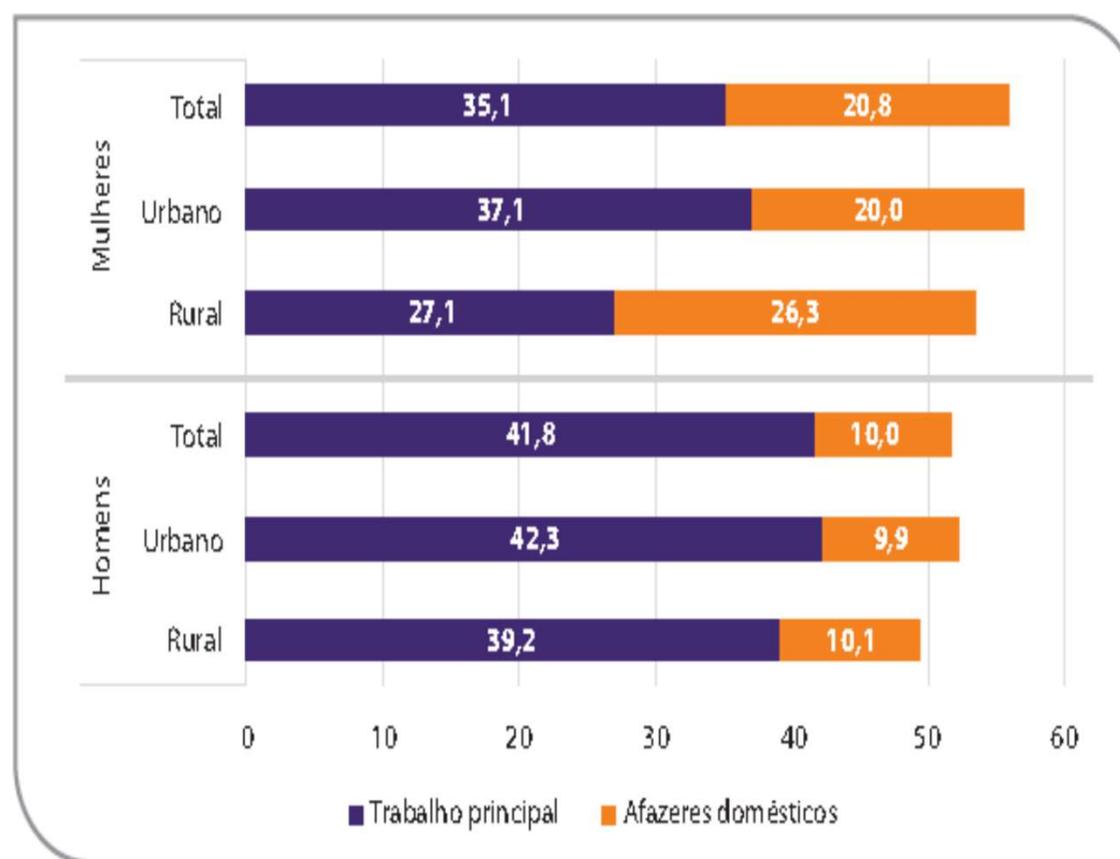
Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, por agrupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal e sexo, e razão entre o rendimento médio por hora trabalhada de mulheres em relação ao dos homens, por agrupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal, Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

# Uso do tempo

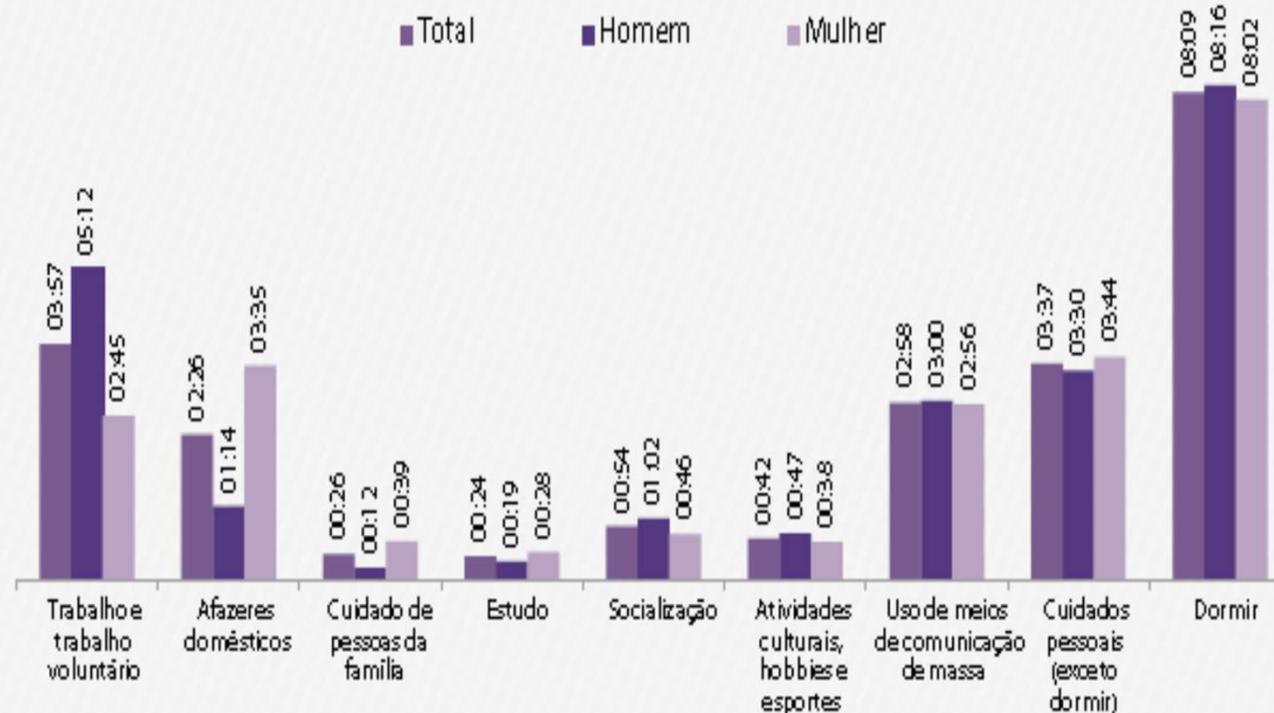
**Gráfico 3.6 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

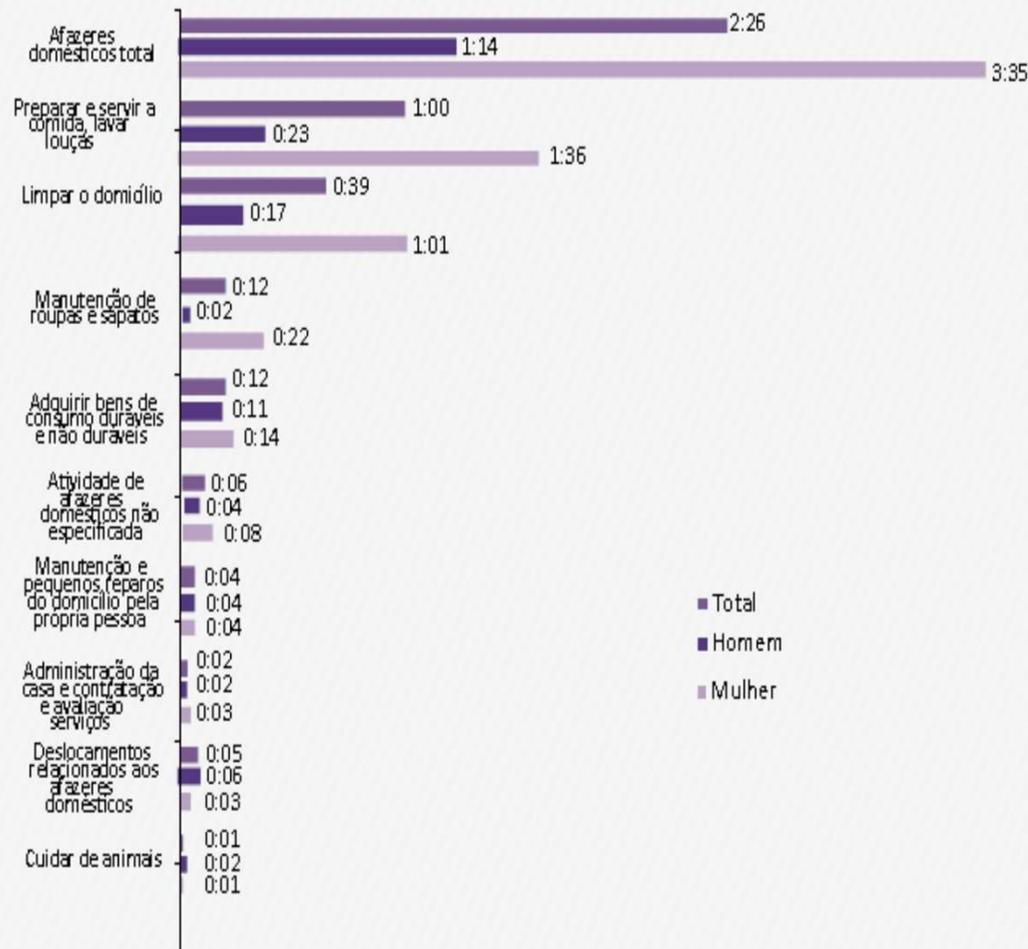
Observação: Ver tabela 3.21 do Anexo Estatístico.

Tempo médio por dia dedicado às atividades principais, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo grupos de atividades, total - 2009 (em horas)



Fonte: IBGE, Resultados preliminares do Teste piloto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo. Rio de Janeiro, 2009. Nota: O total corresponde às 5 Unidades da Federação selecionadas: Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul

Tempo médio por dia dedicado às atividades principais de afazeres domésticos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos desagregados de atividades, por sexo, total - 2009 (em horas)



Fonte: IBGE, Resultados preliminares do Teste-piloto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Teste-piloto da Pesquisa de Uso do Tempo. Rio de Janeiro, 2009. Nota: O total corresponde às 5 Unidades da Federação selecionadas: Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. \* Identifica o resultado cujo coeficiente de variação é superior a 30.

# Autonomia política: informações sobre liderança

Proporção de assentos ocupados por mulheres no Parlamento  
(Congressos Nacionais - Lower or Single House) - Março/2013



Fonte: Inter-Parliamentary Union.

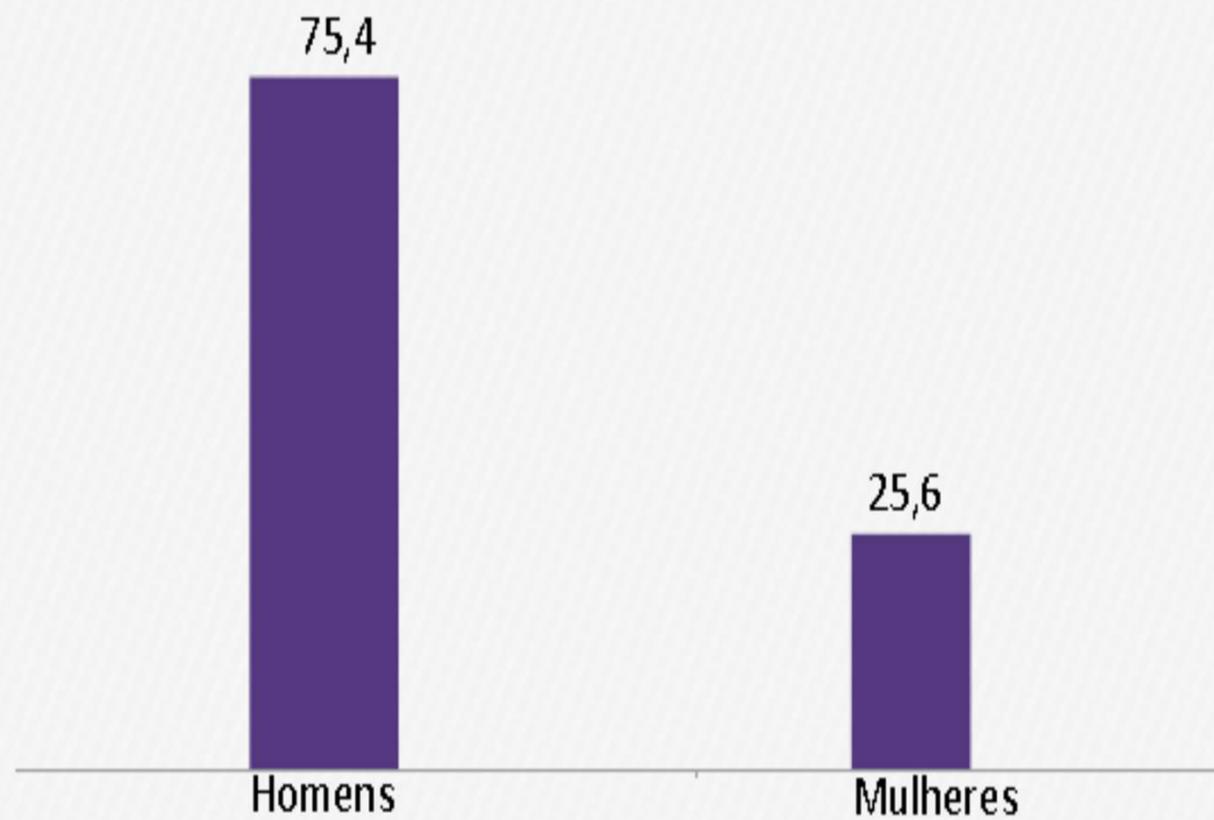
**Enap**

Escola Nacional de  
Administração Pública

Proporção de assentos ocupados por mulheres  
no Senado (Upper House) - Março/2013



### Distribuição de ministros por sexo - Brasil, 2013



Fonte: Presidência República. Brasília, 2013.

**TABELA 4** - Prefeitos por sexo – Brasil 2013

Ano	Total	Total		%	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001	5.559	5.224	335	94,0	6,0
2005	5.564	5.115	449	92,0	8,1
2009	5.564	5.052	512	90,8	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Municipais. Rio de Janeiro, 2001/2005/2009.

**TABELA 5** - Distribuição de Ministros do Supremo Tribunal por sexo – Brasil 2013

Órgão	Ministros ativos			% Participação de Mulheres	Presidente Mulher	Institucional
	Total	Homens	Mulheres			
TSE	7	4	3	42,9	1	O Tribunal Superior Eleitoral, órgão máximo da Justiça Eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira (Lei nº 4.737, de 15.7.1965).
STJ	30	24	6	20,0	0	O Superior Tribunal de Justiça é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.
TST	25	20	5	20,0	0	O Tribunal Superior do Trabalho é órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, cuja função precípua consiste em uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira (art.111 da CF)
STF	11	9	2	18,2	0	O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição (art.102 da CF)
STM	14	13	1	7,1	0	A Justiça Militar da União é justiça especializada na aplicação da lei a uma categoria especial, a dos militares federais - Marinha, Exército e Aeronáutica, julgando apenas e tão somente os crimes militares definidos em lei.
CNU	15	14	1	6,7	0	O Conselho Nacional de Justiça é uma instituição pública que visa a perfeição o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

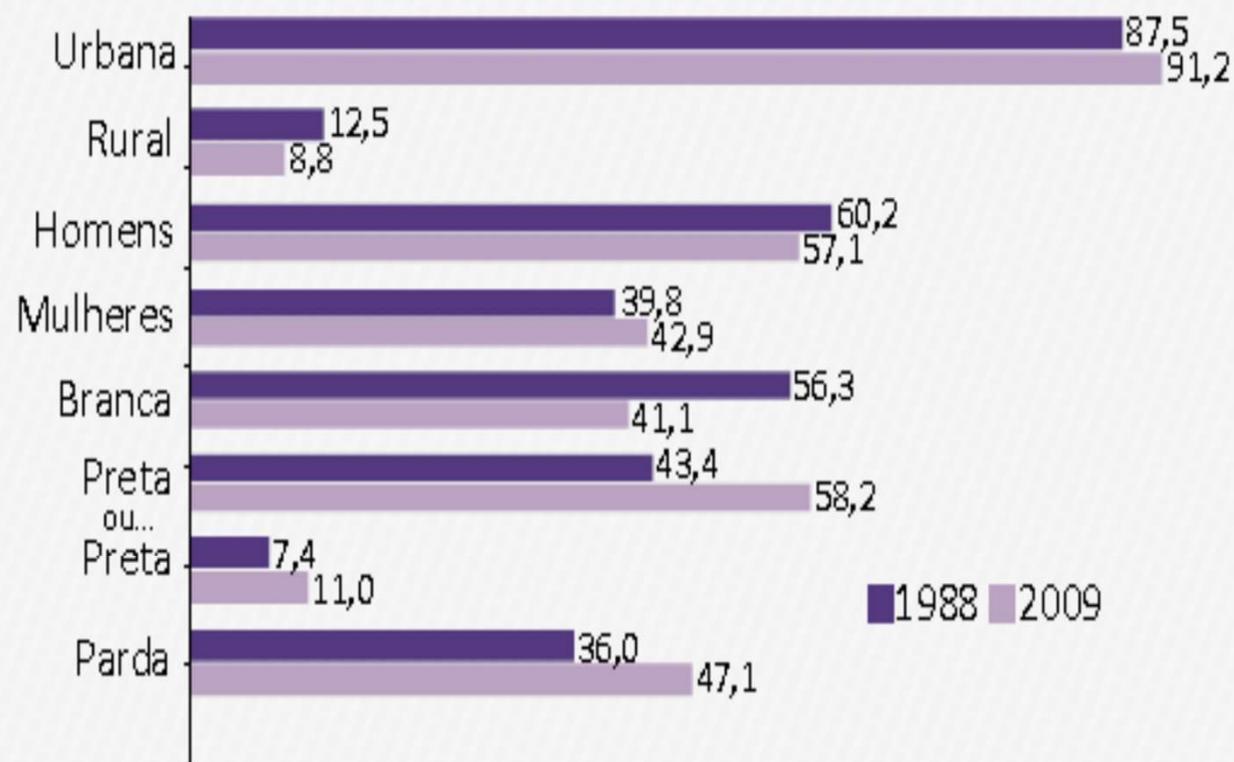
Fonte: TSE, Brasília; STJ, Brasília; TST, Brasília; STF, Brasília; STM, Brasília; CNU, Brasília. 2013

### Mulheres em espaços de poder e decisão

Indicadores	Mulheres	Homens	Ano	Fonte	Tabela
Distribuição percentual de eleitoras/es inscritas/os	52,1	47,9	2014	TSE	7.1
Distribuição percentual de deputadas/os federais em exercício	8,8	91,2	2014	Câmara dos Deputados	7.2
Distribuição percentual de senadoras/es em exercício	12,3	87,7	2014	Senado Federal	7.2

# Autonomia Pessoal: Saúde e enfrentamento à violência

Distribuição de pessoas que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, o sexo e a cor ou raça - Brasil- 1988/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1988/2009. Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

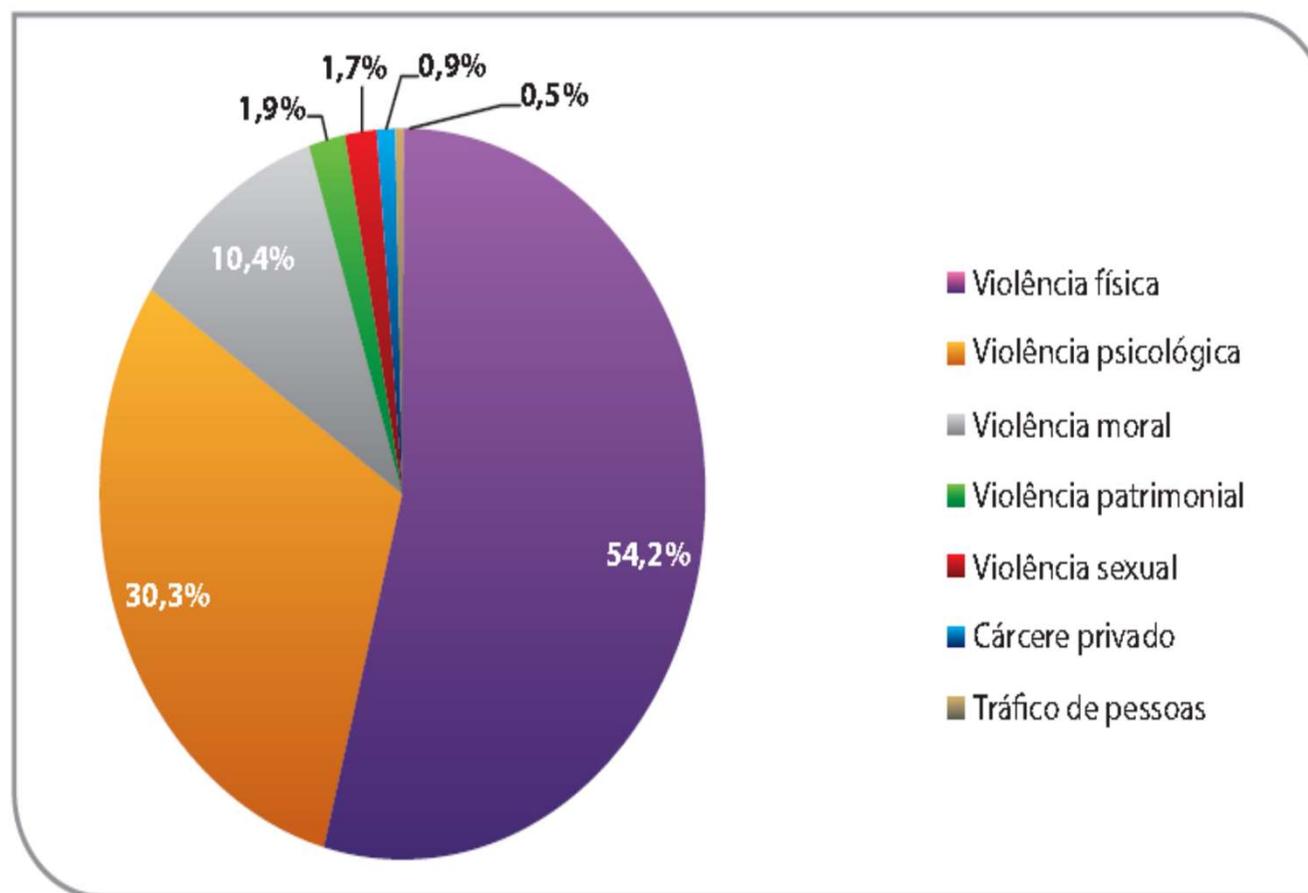
**Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias, por agressor da última agressão física, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade- Brasil - 2009**

Sexo, cor ou raça e grupos de idade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias (%)					
	Total	Agressor na última agressão física				
		Pessoa desconhecida	Policial ou segurança privada	Cônjuge ou ex-cônjuge	Parente	Pessoa conhecida
Total (1)	100,0	39,0	4,5	12,2	8,1	36,2
Sexo						
Homens	100,0	46,4	6,7	2,0	5,6	39,3
Mulheres	100,0	29,1	1,5	25,9	11,3	32,2
Cor ou raça						
Branca	100,0	44,8	3,7	11,9	7,0	32,7
Preta ou parda	100,0	35,1	5,0	12,4	8,9	38,6
Preta	100,0	33,1	6,5	14,0	12,2	34,3
Parda	100,0	35,5	4,7	12,1	8,1	39,6
Grupos de idade						
10 a 24 anos	100,0	35,2	5,1	6,5	7,3	45,8
25 a 34 anos	100,0	38,0	4,9	19,7	7,5	29,8
35 a 39 anos	100,0	36,6	3,6	19,5	8,6	31,8
40 a 49 anos	100,0	43,1	4,6	15,6	7,8	28,9
50 anos ou mais	100,0	49,3	2,3	7,7	11,3	29,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2009.

(1) Inclui as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.

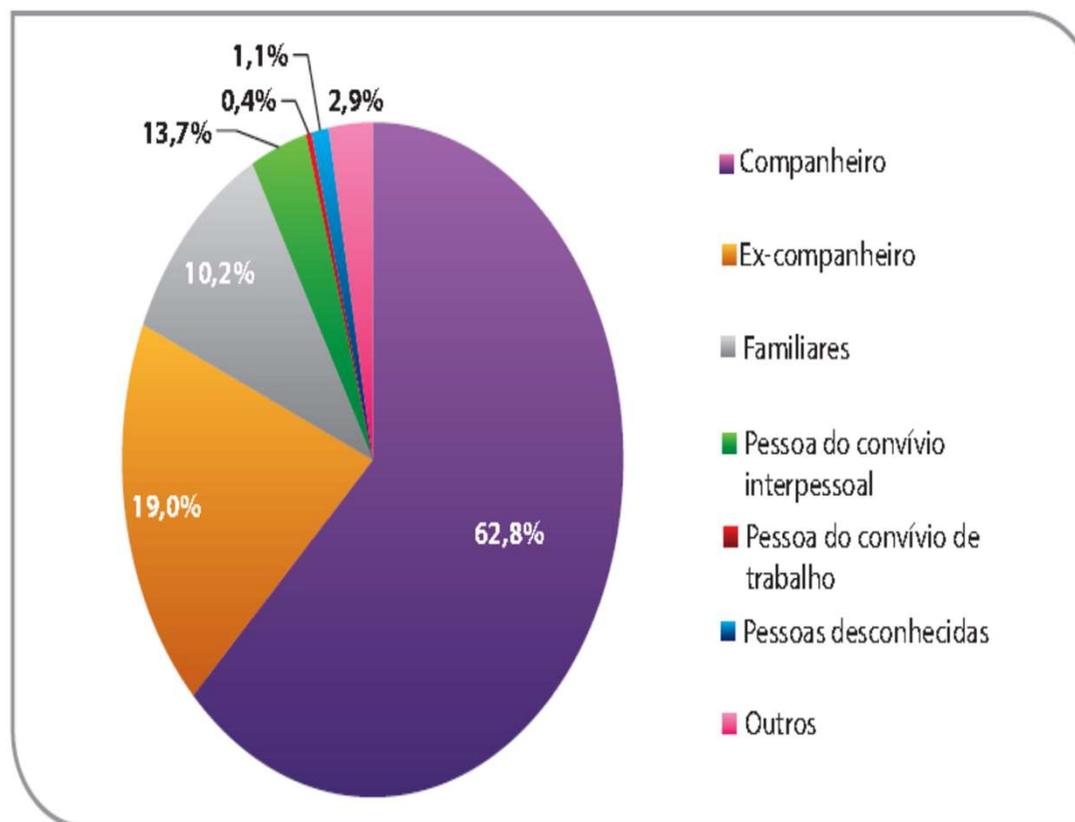
**Gráfico 6.1** – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Observação: Ver tabela 6.1 do Anexo Estatístico.

**Gráfico 6.2** – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a relação do agressor com a vítima – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: Na categoria “companheira/o” estão agregadas as demais categorias de relacionamento afetivo, como cônjuge, namorado/a e amante. Da mesma forma, na categoria “ex-companheira/o” foram agregados ex-cônjuges, ex-namorado/as e ex-amantes. Na categoria “familiares” estão incluídas/os filho/a, enteado/a, irmã/o, parentes, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrastra e sogra/o. “Pessoas de convívio interpessoal” referem-se a amiga/o, vizinha/o e conhecida/o. Já a categoria “pessoas de convívio de trabalho” inclui chefe/a e colega de trabalho.

Observação: Ver tabela 6.7 do Anexo Estatístico.

# SNIG

- <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-2,3,4,-3,128&ind=4721>

As informações relacionadas ao tema nas pesquisas do IBGE são:

► **PNAD 1988 - Pesquisa suplementar de Participação Político-Social**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Quem foi o agressor na última ocorrência (parente, pessoa conhecida, policial, segurança privada, pessoa desconhecida, não sabe).
- Local em que ocorreu agressão.

► **PNAD 2009 - Pesquisa suplementar de Vitimização e Justiça**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Quem foi o agressor na última vez (Pessoa desconhecida, policial, segurança privada, cônjuge/ex-cônjuge, pessoa conhecida, parente, pessoa conhecida).
- Local em que ocorreu agressão.

► **PNAD – Pesquisa suplementar de Saúde - 1998 e 2003**

Não houve pergunta relativa à violência nas pesquisas suplementares.

► **2008 – Pesquisa suplementar de Saúde**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Deixou de realizar quaisquer de suas atividades habituais por causa da violência.
- Procurou algum serviço de saúde.

## ► Pesquisa Nacional de Saúde 2013

1. Vítima de alguma violência ou agressão de pessoa desconhecida, frequência da violência:
  - Tipo de violência mais grave (física, sexual, psicológica, outra).
  - Foi ameaçada/o ou ferida/o.
  - Local em que ocorreu agressão/ agressor.
2. Vítima de alguma violência ou agressão de pessoa conhecida, frequência da violência:
  - Tipo de violência mais grave.
  - Foi ameaçada/o ou ferida/o.
  - Local em que ocorreu agressão.
  - Relação com agressor (Cônjuge, companheira/o, namorada/o, ex-cônjuge, ex-companheira/o, ex-namorada/o, pai, mãe, padrasto, madrasta, filha/o, irmã/o, outro parente, amigas/os, colegas, chefias, outra pessoa conhecida).

# Políticas Públicas para as mulheres e os instrumentos do Estado Brasileiro para a construção da igualdade de gênero

# Políticas Públicas para Mulheres no Brasil

- Movimento de Mulheres no Brasil
- Marcos Legislativos Internacionais
- Institucionalização das Políticas Públicas para Mulheres no Brasil
- Principais instrumentos de implementação das Políticas Públicas no Brasil

# Movimento de mulheres e políticas públicas no Brasil\*

- Politização do Privado;
- EUA (1960) e França (1970) – Liberdade sexual;
- Brasil (1970) – Cidadania e Democracia, contra a ditadura, as desigualdades sociais e violência contra as mulheres;
- 1983 – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Mov. de mulheres e profissionais da saúde, precursor da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).
- 1985 - Conselhos estaduais da condição feminina (SP e MG)- demanda por inserção das questões das mulheres nas políticas públicas;
- 1985 – CNDM- Movimentos de Mulheres pelas Diretas Já
- 1985 – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM)

• \*MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo Brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas.

## Movimento de mulheres e políticas públicas no Brasil

- 1988 Lobby do Batom e Carta das Mulheres.  
<https://www.youtube.com/watch?v=ojSDVycUPU>
- Década de 90 – ONGs e Redes.
- 1994 – Envio aos candidatos à presidência da República proposta criação de Secretaria ligada à Presidência.
- 2002 – Secretaria Especial dos Direitos da Mulher – SEDIM/MJ.
- 2003 - Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Status de Ministério e Orçamento.
- Anteprojeto de lei para a caracterização da violência doméstica contra as mulheres – Lei Maria da Penha;
- Anteprojeto de lei para a legalização da interrupção da gravidez por decisão das mulheres até as 12 primeiras semanas – Frente Parlamentar contra o aborto, Bancada Evangélica, acordo entre Vaticano e Gov. Lula, CNBB, eleições presidenciais;

## Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero

- Carta das Nações Unidas (1945).
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948).
- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953).
- Convenção da OIT no. 100 (1951).
- Convenção da OIT no. 103 (1952).
- Convenção da OIT no. 111 (1958).
- Convenção da OIT no. 156 (1981).
- Convenção da OIT no. 171 (1990).
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - CERD (1966).
- **Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969).**
- I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975).
- Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979).
- II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, 1980).
- III Conferência Mundial Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985).
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92).
- II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).
- III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94).
- **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994).**
- IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 95).
- II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96).
- Declaração do Milênio (2000).
- III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001).
- Convenção e Recomendação da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011).

# **Instrumentos para a implementação das Políticas Públicas para as mulheres:**

- Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Feminismo de Estado;
- Organismos de Políticas para as mulheres;
- Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos das Mulheres
- **Conferências**
- **Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres;**
- **Comitê Nacional de Monitoramento das Políticas para as Mulheres**

# Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

- 2004 – I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres. 1.787 delegadas, 120 mil mulheres no país – I PNMP
- 2007 – II Conferência Nacional de Políticas para as mulheres – 200 mil mulheres, 2.800 delegadas – II PNPM
- 2011 – III Conferência Nacional de Políticas para as mulheres – 200 mil participantes, 2.125 delegadas, PNMP 2013-2015;
- 2016, maio. Documento não publicado.

# PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



Presidência da República  
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



**Enap**

Escola Nacional de Administração Pública

Capítulo 1 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica	13
Capítulo 2 Educação para igualdade e cidadania	21
Capítulo 3 Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	29
Capítulo 4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	41
Capítulo 5 Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	51
Capítulo 6 Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social	59
Capítulo 7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta	65
Capítulo 8 Cultura, esporte, comunicação e mídia	73
Capítulo 9 Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	83
Capítulo 10 Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência	89
Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	95

Linha de ação 1.2. Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária.

Ações	Órgão responsável	Parceiros	PPA Objetivo/ Meta ou Iniciativa
1.2.1. Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva de mulheres nos meios urbano e rural e favorecer mecanismos para comercialização de sua produção.	MDS, MDA	SPM, MTE, Seppir, BB	0931/5ª meta 0759 / - 0411/ -
1.2.2. Apoiar projetos de organização produtiva das mulheres rurais, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à agroecologia e à agricultura familiar.	MDA, SPM	Seppir, BB	0931/5ª meta 0759/ - 0979/ - 0411/ -
1.2.3. Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária.	MTE, SPM	Seppir, BB	0931/ - 0983/ -
1.2.4. Apoiar projetos de empreendimentos econômicos solidários de grupos de mulheres, favorecendo mecanismos para comercialização de sua produção.	MTE, SPM	Seppir, BB	0979/2ª meta 0931/ - 0983/ -
1.2.5. Fortalecer o acesso qualificado das mulheres às linhas de microcrédito produtivo e assistência financeira.	SPM	Seppir, BB	0291/ - 0411/ -
1.2.6. Apoiar a cooperação bilateral sobre políticas de trabalho para as mulheres, em especial, no âmbito da América Latina e do Caribe.	SPM, MRE	Seppir	0934/03Y6

# Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

- Transversalidade e Interseccionalidade;
- 32 representantes de órgãos governamentais;
- 3 representantes do CNDM;
- Convidadas eventuais – ONU Mulheres, OIT, OPMs.
- Consolidação dos relatórios de Monitoramento do PNPM junto ao Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo Federal (SIOP)

## MEMÓRIA

53ª Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

Data: quarta-feira, 03 de dezembro de 2014.

Horário: 9h às 12h30

Local: Ministério da Educação, Bloco L, sala 926.

Coordenação: SPM-PR Secretária-Executiva      Lourdes Maria Bandeira

### Participantes

1. Banco do Brasil (BB)      Flávia Bustamante
2. Conselho Nac. Direitos da Mulher (CNDM)      Justina Cima
3. Instituto de Pesq Econ Aplicada (IPEA)      Elizabeth Marins
4. Min. da Agricultura, Pec. E Abast. (MAPA)      Vera Lúcia de Oliveira
5. Min. da Agricultura, Pec. E Abast. (MAPA)      Ana Cândida Medeiros
6. Min. da Defesa (MD)      Rodrigo Martins Prates
7. Min da Cultura (MinC)      Marília Gabriela Villareal Goulart
8. Min. da Educação (MEC)      Daiane Lopes
9. Min. da Educação (MEC)      Cléber Gesteira
10. Min. da Educação (MEC)      Fábio Meirelles
11. Min. da Educação (MEC)      Macaé Evaristo
12. Min. da Educação (MEC)      Marcia Kay
13. Ministério da Justiça (MJ)      Cristina Gross Villanova
14. Min. da Saúde (MS)      Lidiane Gonçalves
15. Min. da Saúde (MS)      Raquel Castanheira
16. Ministério das Comunicações (MC)      Luana Soares
17. Min. das Relações Exteriores (MRE)      Laura Berdine Santos Delamonica
18. Min. do Des. Social e Come à Fome (MDS)      Simone Moneta
19. Ministério do Planej, Orç e Gestão (MP)      Marta Pordeus
20. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)      Adriana Rosa
21. PR/SPM      Lourdes Maria Bandeira
22. PR/SPM      Camila Firmino
23. PR/SPM      Daniela Ramos
24. PR/SPM      Isabela da Costa Dias
25. PR/Secom      Cátia Macedo

# Mecanismos de Gênero nos Órgãos do Governo Federal

- **1. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA:** Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia para a Diretoria de Mulheres Rurais e Quilombolas ([Decreto nº 7.255/2010](#));
- **2. Ministério de Minas e Energia - MME:** Comitê Permanente para as questões de Gênero (funciona ativamente desde 2004 - embora não tenha instrumento normativo que o institua, possui Regimento Interno);
- **3. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:** Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero (Portaria n. 381/2009);
- **4. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:** Comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate à discriminação (Portaria nº 219/2008);
- **5. Ministério da Saúde - MS:** área técnica de saúde da mulher (PNAISM);
- **6. Ministério do Meio Ambiente - MMA:** Comitê Interno de Gênero (Portaria nº 25/2008 e Portaria nº 287/2012);
- **7. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA:** Comitê de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria nº 806/2013);
- **8. Ministério da Defesa – MD:** Portaria nº 893 MD, de 14 de abril de 2014 (publicada dia 15/04/2014);
- **9. Ministério das Comunicações – MC:** nº 173, de 10 de junho de 2014 (publicada no dia 20/06/2014);
- **10. Ministério das Relações Exteriores – MRE:** Comitê Gestor de Gênero e Raça (Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014);
- **11. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA:** Comitê de Gênero (Portaria nº 361, de 11 de setembro de 2014);
- **12. Ministério da Cultura – MinC:** Comitê Interno de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria MinC nº 114, de 11 de novembro de 2015);
- **13. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:** Comitê de Gênero do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Portaria nº 1.187, de 29 de dezembro de 2015);
- **14. Fundação Nacional do Índio - Funai:** Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais (Portaria nº 26/2007);
- **15. IPEA:** Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc);
- **16. Banco do Brasil- BB:** divisão dentro de gestão de pessoas que trata de temas como igualdade de oportunidades de gênero, raça, etnia.

# Comitê de Gênero da Enap

- a) Mobilizar a **inserção do tema nos cursos** de educação continuada, aperfeiçoamento e formação da escola;
- b) Trabalhar a **sensibilização interna de servidoras e servidores** em áreas fins e meio da escola;
- c) Estimular a criação de atividades de ética e recursos humanos a fim de **combater o preconceito** de gênero e raça;
- d) Organizar **eventos de discussão** da desigualdade de gênero no acesso a políticas públicas e no serviço público;
- e) **Debater conceitos teóricos** sobre igualdade de gênero;

# Atividades realizadas

- Inserção de paridade de vagas para mulheres e homens no edital do curso de especialização.
- Lançamento do edital do mestrado com 2/3 das aulas em período diurno e orientação para que a Banca não perguntasse sobre filhos e marido na entrevista, o que resultou em aumento considerável de participação de mulheres no mestrado.
- Inclusão da disciplina Diversidade e Políticas Públicas no Curso de Aperfeiçoamento para Carreiras e no Mestrado
- Duas edições do Curso de Liderança Feminina em parceria com a ENA/FR
- Inscrição de pesquisadoras da Enap à Chamada de Pesquisa do CNPQ 22/2016 – Pesquisa e Inovação em Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Linha 2 – Cidadania, violência e Direitos Humanos para pesquisa no tema de gênero.
- Pesquisa comparada sobre a trajetória das mulheres nas carreiras do serviço público federal- já em andamento pela Diretoria de pesquisa da Enap.
- Formação de rede com pesquisadoras na temática de gênero com a Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Eastern Michigan University

# 8 de março no Comitê de Gênero da Enap

Adesão ao movimento 8M no dia da Mulher (8 de março de 2017) com chamada para paralização dos trabalhos e participação de todas as servidoras da Enap na programação realizada pelo Comitê de Gênero.

Dia Internacional da Mulher - Escola Nacional de Administração Pública		
Horário	Local	Atividade
06 a 31 de março		
09h às 21h	Biblioteca	Exposição "Mulheres e Políticas Públicas"
Semana de 06 a 10 de março		
09h às 18h	Sala de Convivência	Exposição "Mostra Extraordinária"
Dia 08 de março		
08h30 às 10h	Auditório	Café com Debate - Mulheres Líderes
10h15 às 10h30	Inovatio	Lançamento do Comitê de Gênero da Enap
10h30 às 12h	Inovatio	Mesa Redonda - Histórias de Mulheres
12h às 12h30	Sala de Convivência	Tour Guiado pelas artistas à Mostra Extraordinária
14h às 16h	Inovatio	Exibição do Filme "Colcha de Retalhos"
16h às 16h30		Coffee Break
16h30 às 17h30	Inovatio	Roda de conversa - "Precisamos falar sobre ser mulher"
17h30 às 18h30	Inovatio	Meditação

# Atividades

- Contratação de coaching para 6 mulheres líderes do governo federal dentro do Programa Altos Executivos - junho de 2017
- Seminário Equidade de Gênero no Setor Público - junho de 2017 em parceria com as embaixadas da Noruega e Suécia e ONU mulheres.
- Curso Internacional “Gênero Políticas Públicas”, parceria com Flacso e embaixada da França

**Enap**  
Seminário Internacional  
Equidade de Gênero  
no Setor Público

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com as embaixadas da Suécia e Noruega e a ONU Mulheres, convida para o **Seminário Internacional Equidade de Gênero no Setor Público**.

O Seminário tratará da importância da equidade de gênero nas políticas públicas, dificuldades para a implementação de medidas para a sua promoção e desafios para o seu alcance numa perspectiva internacional, com as experiências do Brasil, Noruega e Suécia.

**Inscrições**  
Enviar solicitação até o dia 02 de junho para o email [formacao.carreiras@enap.gov.br](mailto:formacao.carreiras@enap.gov.br) com nome completo, CPF, local de trabalho e cargo.  
(Vagas limitadas)

#equidadedegenero  
#seminarioenap  
#empoderamentofeminino

**Mostra EXTRA ORDINÁRIA**

ABERTURA VISITAÇÃO  
02 a 04 JUN 9H às 18H  
07 a 10 JUN 9H às 18H

LOCAL ENAP - SALA DE COMÉRCIO - SÃO LEOPOLDO

CRIA - Conselho de Reciclagem do Município

NOSTRA DE ARTE SOCIOCOMUNITÁRIA ENBAIXADA DESIGN SUSTENTÁVEL  
Mina Colobra e Thiago Lucas

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA  
Tatianna Reis

NOSTRA AUDIOVISUAL  
Raquel Plantino

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
BRASIL

**Enap**

Escola Nacional de  
Administração Pública

# Próximos passos



- Planejamento Estratégico do Comitê de Gênero da Enap;
- Criar Política de diversidade da Enap
- Cine-clube sobre Mulheres
- Curso Liderança Feminina - Enap e Ena (FR)

# Bibliografia

- BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias. Movimento Feminista no Brasil*. Brasília: SPM, 2010.
- BONETTI, Aline. *Desigualdade de gênero. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. O Direito Achado na Rua Vol. 5*. Brasília: CEAD,FUB,2011.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Capacitação para os mecanismos de gênero no governo federal / Secretaria de Políticas para as Mulheres*. -- Brasília :Presidência da República, 2014.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero*. Educação e Pesquisa, n.1, p. 185-193, jan./jun. 2003v.29, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo Brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas*. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. O Direito Achado na Rua Vol. 5. Brasília: CEAD,FUB,2011.

# Sugestão de Bibliografia para aprofundamento

- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49 [cited 2017-05-29], pp.117-133. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>
- FRANCESCHET, S. (2003). "'State feminism' and women's movements: The impact of Chile's Servicio Nacional de la Mujer on women's activism". *Latin American Research Review*, 38, 1, 9-40.
- MATOS, Marlise, and Clarisse Goulart Paradis. "Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro." *Cadernos pagu* 43 (2016): 57-118.
- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645109>
- MATOS, Marlise 2011. Recentes Dilemas da Democracia e do Desenvolvimento no Brasil: porque precisamos s de mais mulheres na política?. In: *Revista Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v.5 nº17, setembro/ dezembro 2011. P.110-141.
- MATOS, Marlise. 2011. "Despatriarcalizar nosso Jogo Democrático". In: *Revista Teoria e Debate* 91. Mmarço/abril 2011. P. 43-48.
- OGANDO, Ana Carolina. 2012. "Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil". In: I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012, Brasília. Anais do I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012. Disponível em: [http://www.demode.unb.br/images/Anais2012/Pinheiro\\_e\\_OgandoOs\\_impactos\\_dos\\_Planos\\_Nacionais\\_de\\_Politicas\\_para\\_as\\_Mulheres\\_nas\\_politic\\_publicas\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.demode.unb.br/images/Anais2012/Pinheiro_e_OgandoOs_impactos_dos_Planos_Nacionais_de_Politicas_para_as_Mulheres_nas_politic_publicas_no_Brasil.pdf)
- ONU Mulheres. 2014. *Guía Estratégica Empoderamiento Político de las Mujeres: Marco para una Acción Estratégica*. Cap. 1 e 2. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/EMPODERAMIENTO-POLITICO-DE-LAS-MUJERES-LAC-2014-17-UNWOMEN.pdf>
- SOARES, Vera. "Movimento Feminista: Paradigmas e desafios." *Estudos Feministas* (1994): 11-24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>
- VALIENTE, Celia. 2007. "Developing Countries and New Democracies Matter: An Overview of Research on State Feminism Worldwide". In: *Politics & Gender* 3(4) 2007. 530 - 541